



COMPETÊNCIAS, EDUCAÇÃO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): POR UMA COMPREENSÃO DAS INTER-RELAÇÕES

Marden Cristian Ferreira Cruz¹

INTRODUÇÃO

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) insere a educação em um contexto com novas definições e orientações para a elaboração de políticas públicas, documentos normativos, currículos e formação docente. Como documento normativo, a BNCC direciona parte destas ações aos estados da federação.

A educação é, antes de tudo, um processo coletivo em que a colaboração e o interesse da sociedade devam estar presentes em momentos decisivos. Neste sentido, a construção da BNCC optou por estruturar dez competências com o intuito de, por meio delas, assegurar a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica. Pretende-se, neste trabalho, fazer uma análise geral do conceito de competências na educação e do conceito de competências proposto na BNCC para o Ensino Médio.

CONCEITUANDO COMPETÊNCIAS

Para a educação, a compreensão do termo *competência* possui significados diversos, definidos por autores com entendimentos variados e correntes pedagógicas muitas vezes antagônicas.

Um dos principais defensores da denominada Pedagogia das Competências, Philippe Perrenoud, define competências como: “[...] uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.” (PERRENOUD, 1999, p.7). O

¹ Mestre em Educação Brasileira – UFC; Coordenador Escolar da E.E.F.M. Estado do Paraná, em Fortaleza - CE. E-mail: mardencristian@gmail.com.



autor, em sua defesa por uma educação por competências, demonstra uma forte conotação cognitiva e pragmática, sobretudo em sua obra *Construir as competências desde a escola* (1999).

O entendimento de competência está ligado diretamente à eficiência ou a uma ação eficiente. No campo da educação formal, nos bancos escolares, a aquisição dos conhecimentos ao longo da vida do educando o levaria à solução de situações-problema. Portanto, competência e eficiência estariam intimamente ligadas. Nesta direção, também há a necessidade de relacionarmos competências a objetivos: quando objetivos são traçados e alcançados, tornam o sujeito eficiente.

Trazemos à discussão outro conceito de competências:

A competência identificará aquilo que qualquer pessoa necessita para responder aos problemas aos quais se deparará ao longo da vida. Portanto, competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais (ZABALA e ARNAU, 2010, p.37).

As atitudes, procedimentos e conceitos carregados pelo indivíduo no percurso de sua vida poderão colaborar em soluções de problemas cotidianos. Todavia, os conceitos trazidos até o momento carregam uma forte influência de um pragmatismo recorrente, “[...] uma das características da pedagogia das competências é evidenciar a relação entre os aprendizados e as situações em que esses serão úteis. Daí sua raiz eminentemente pragmática.” (RAMOS, 2016, p.65).

Por último, trazemos mais um conceito de competências:

[...] capacidade de agir, em situações previstas e não previstas, com rapidez e eficiência, articulando conhecimentos tácitos e científicos a experiência de vida e laborais vivenciadas ao longo das histórias de vida. Ele tem sido vinculado à ideia de solucionar problemas, mobilizando conhecimentos de forma transdisciplinar a comportamentos e habilidades psicofísicas (KUENZER, 2002, s.p).

Observa-se que todas as definições trazidas até aqui possuem alguns pontos congruentes. Entretanto, um aspecto destas definições não pode ser



deixado de lado: a possibilidade, segundo seus defensores, de levar ao longo da vida uma bagagem que suscita a solução de problemas do cotidiano.

Presente em documentos oficiais, em regimentos escolares e em projetos político-pedagógicos, muitas vezes o vocábulo *competência* surge de maneira não muito adequada ou mesmo incompreensiva. Sua compreensão e uso na rotina e produção escolar e acadêmica, “[...] mesmo diante da multiplicidade de sentidos [...] parece relacionar-se, na maioria de suas ocorrências, a conhecimentos, procedimentos e atitudes de ordem prática, como se fosse um saber em uso, um saber em ação.” (PRADO, 2009, p.118).

No contexto dos avanços da Sociedade da Informação e do liberalismo econômico parece ser imperativo a defesa da utilização do conceito de competências na educação. No entanto, o confronto das compreensões demonstra interesses conflitantes. Se, por um lado, os defensores da Pedagogia das Competências exprimem sua defesa conforme o modo como está presente em documentos oficiais, como a BNCC, por outro, também há o alerta quanto a “[...] uma aproximação significativa com o pragmatismo e com o construtivismo piagetiano. Mas é para a armadilha do tecnicismo e do construtivismo que essa pedagogia tende a nos levar” (RAMOS, 2016, p.65).

Em crítica à Pedagogia das Competências e fazendo referência ao pragmatismo e ao escolanovismo, Marise Ramos acrescenta:

A pedagogia das competências, em nossa compreensão, é a forma atual dessas tendências. Nessas concepções, o conhecimento é somente insumo para o desenvolvimento de esquemas mentais adaptativos ao ambiente (2016, p.67).

COMPETÊNCIAS E A BNCC

Do processo de elaboração da BNCC resultou sua homologação em 20 de dezembro de 2017, sendo que, um ano depois, em 14 de dezembro de 2018, foi homologado o texto para a etapa do Ensino Médio. Vale destacar que, durante o processo de construção da BNCC, interesses antagônicos dos mais variados setores da sociedade e das variadas matizes ideológicas



estiveram presentes no debate nacional.

Em sua estrutura, o documento da BNCC preconiza que nas três etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) deverão ser asseguradas o desenvolvimento de dez competências gerais da educação básica, as quais servem como base da orientação do trabalho pedagógico a ser seguido em todo território nacional.

A listagem dessas competências também expõe o propósito de que elas estejam presentes em toda a vida escolar do estudante, a valoração da eficiência e a finalidade de que as experiências vividas na escola sejam levadas ao mundo do trabalho. De acordo com a BNCC:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p.8).

Sua definição traz elementos importantes que explicitam seu significado, associando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e soluções de situações problema na vida do estudante, de uma plenitude que vislumbra alcançar o pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

[...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem "saber fazer" (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2018, p. 13).

As competências são mobilizadoras no processo de aprendizagem e de constituição de valores dos estudantes, colaborando na efetivação deste aprendizado, no cumprimento das políticas públicas mediante o alcance das aprendizagens ora estabelecidas pela BNCC.



CONSIDERAÇÕES

A elaboração de documentos normativos como a BNCC evoca o uso do conceito de competência na esfera discursiva, intencionando levá-lo para a realidade das práticas pedagógicas, o que torna necessária uma compreensão mais ampla de seus significados.

A definição trazida na BNCC exprime forte aproximação com a defesa da Pedagogia das Competências, deduzindo que seu uso possibilita o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, o exercício da cidadania e o preparo para a prática no mundo do trabalho.

As críticas à Pedagogia das Competências, manifestadas por alguns autores, podem oportunizar o aprofundamento de uma discussão mais ampla quanto ao ensino por competências, além de possibilitar aos educadores uma compreensão mais adequada quanto aos seus efeitos na rotina pedagógica e na construção de documentos de referência para a escola, como o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do Senac**, v. 28, n. 2, p. 2-11, 20 ago. 2002. <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/539>> Acesso em: 10 out. 2020.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PRADO, E. Da formação por competências à pedagogia competente. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 115-130, jan. / jun. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/331/329>> Acesso em: 15 nov. 2020.

RAMOS, M. N. Políticas Educacionais: da Pedagogia das Competências à



Pedagogia Histórico-Crítica. *In*: BARBOSA, M. V.; MILLER, S.; MELLO, S. A. **Teoria histórico-cultural**: questões fundamentais para a educação escolar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.p. 59-75.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.